



SINDICATO DOS MÉDICOS DA ZONA SUL

COMUNICADO

UM ATENTADO CONTRA A CONTRATAÇÃO COLETIVA E AS CARREIRAS MÉDICAS SOB ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Há várias semanas que diversas unidades hospitalares na área da Grande Lisboa têm vindo a propor contratos pessoais diretos aos jovens médicos que sendo recém-especialistas não tiveram ainda acesso a concursos públicos para serem integrados na Carreira Médica.

Os processos foram desencadeados com reuniões desse setor de médicos onde foi expressamente referido que se tratava de um procedimento com a integral autorização ministerial e que visava simplificar a celebração dos contratos de trabalho.

A implementação desses contratos pessoais, discricionários e à revelia dos prévios concursos médicos de recrutamento e seleção, assentes em pressupostos de transparência e enquadrados pela respetiva legislação em vigor, tem um objetivo muito claro e que consiste em proceder ao esvaziamento da Contratação Coletiva e colocar em causa a credibilidade das Carreiras Médicas.

O **Sindicato dos Médicos da Zona Sul** denuncia o facto de as mesmas administrações hospitalares que não procedem à realização dos concursos públicos para colocar os médicos desencadeiam a celebração desses contratos pessoais de duvidosa legalidade e que não permitem a integração na Carreira Médica nem a correspondente progressão nas categorias e nas posições remuneratórias.

Sendo conhecida a notória aversão do atual Ministro da Saúde pela Contratação Coletiva, como ficou bem patente nos cargos de administração por onde já

passou na Saúde, com particular destaque no caso do subsistema dos SAMS (Bancários), a questão inultrapassável é que está obrigado a respeitar a legislação laboral e a dar o exemplo nesse respeito.

Compreendendo a aceitação desses contratos por parte de jovens médicos que há largo tempo tinham o seu futuro profissional bloqueado, temos a obrigação de denunciar medidas deste tipo que são atentatórias de todo o enquadramento laborar em vigor.

O **Sindicato dos Médicos da Zona Sul** exige uma integral clarificação desta grave situação por parte do Ministério da Saúde.

Lisboa, 1/9/2016

A Direção